

SETOR AUTOMOTIVO

Elétricos ampliam presença nas ruas

Emplacamentos de veículos eletrificados cresceram 125% no primeiro semestre em relação a 2025. Especialistas atribuem aos incentivos e à crise do petróleo

» CAETANO YAMAMOTO*
» PEDRO JOSÉ*

Veículos elétricos e híbridos seguem ganhando espaço no mercado brasileiro. No primeiro semestre do ano, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), os emplacamentos de eletrificados somaram 244.942 unidades, consolidando o avanço da tecnologia.

Para especialistas e representantes do setor, a mudança é impulsionada pelos incentivos fiscais criados pelo governo federal, mas também por uma mudança no mercado consumidor, que busca tecnologias mais sustentáveis e menos dependentes do petróleo, em meio à instabilidade mundial nos combustíveis.

Os híbridos continuam liderando esse mercado. No acumulado do semestre, foram comercializadas 154.472 unidades, crescimento de 85,07% em relação às 83.468 registradas no mesmo período de 2025. Somente em junho, o segmento alcançou 33.374 emplacamentos, alta de 8,94% na comparação com maio e de 116,55% ante o mesmo mês do ano passado. “Os carros híbridos têm tido uma aceitação expressiva no mercado nacional e representam o maior volume entre os eletrificados”, afirmou o presidente da Fenabrave, Arcelio Junior.

Os totalmente elétricos também ampliaram, significativamente, sua

José Cruz/Agência Brasil



Instalação de carregadores em locais públicos, estacionamentos e residências é cada vez mais comum

Incentivos

Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Newton Marques, o crescimento das vendas está diretamente ligado aos incentivos tributários concedidos pelo governo federal para estimular a adoção de veículos menos poluentes. Segundo ele, a redução da carga tributária tornou esses modelos mais competitivos para o consumidor, ao mesmo tempo em que aumentou a presença de fabricantes estrangeiras no mercado brasileiro.

“Com isso, têm surgido algumas discussões com a indústria automobilística brasileira, porque muitos desses carros vêm de fora — são importados, são carros chineses. E isso tem aumentado bastante a venda desses carros híbridos e elétricos para os consumidores brasileiros”, explica.

Para o diretor do Conselho da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) Clemente Gauer, o avanço dos veículos eletrificados reflete o aumento da competitividade no setor e amplia as alternativas disponíveis para o consumidor brasileiro. Segundo ele, o cenário ganha ainda mais relevância em um momento de alta dos combustíveis e de instabilidade no mercado internacional de petróleo.

“O consumidor brasileiro deve ter acesso a todas as tecnologias disponíveis, especialmente em um momento de aumento dos preços dos combustíveis, incertezas geopolíticas no abastecimento e recorrentes episódios relacionados à qualidade e à adulteração de combustíveis, que elevam os custos de manutenção e pesam no orçamento das famílias e das empresas”, afirma.

Segundo Gauer, além dos benefícios ambientais, a expansão da mobilidade elétrica também pode impulsionar a economia nacional. Ele cita um estudo do Conselho Internacional de Transporte Limpo (ICCT Brasil), segundo o qual a transição para veículos eletrificados pode elevar em até 116% o número de empregos no setor automotivo, estimulando áreas como infraestrutura de recarga, geração de energia e serviços especializados.

O representante da ABVE destaca ainda que os ganhos também chegam diretamente ao consumidor. “Os veículos elétricos podem reduzir em até 80% o custo por quilômetro rodado e permitem que o abastecimento seja feito com a eletricidade predominantemente renovável produzida no Brasil ou até mesmo com energia solar gerada na própria residência”, ressalta.

O professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) Luciano Duque avalia que, para a maior parte dos motoristas brasileiros, os veículos elétricos já representam uma alternativa economicamente vantajosa. Segundo ele, quem utiliza o carro principalmente em trajetos urbanos e dispõe de carregamento residencial consegue compensar rapidamente a diferença de preço por meio da economia com combustível e manutenção. Além disso, Duque destaca que as condições climáticas do Brasil favorecem esse tipo de tecnologia, já que o calor registrado no país causa menos impacto às baterias do que o frio intenso observado em diversos mercados europeus.

*Estagiários sob a supervisão de Victor Correia

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Certezas e dúvidas

O país se aproxima de 4 de outubro com algumas certezas e muitas dúvidas, independentemente do presidente eleito e da configuração da Câmara e do Senado. Chegou-se a um cenário em que a necessidade vai moldar os eleitos, não o contrário, como costumava ser.

O dado determinante está na avaliação dos eleitores sobre os dois principais candidatos, Lula e Flávio Bolsonaro: ambos são os mais rejeitados, com taxas acima de 40%. Isto significa que as urnas vão refletir uma competição para escolher o menos ruim, salvo se o tal imponderável der as caras e despontar alguma surpresa.

A avaliação dos outros dois poderes constitucionais, o Congresso e o Judiciário representado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é ainda mais baixa que a do Executivo, e assim vem há anos. É um quadro complicado pela falta de maioria orgânica do presidente na Câmara e no Senado, controlados pela direita e pelo centro desde o fim do regime militar.

O presidente escolhido em 1º turno ou no tira-teima não vai ter o tempo que teve em outros mandatos para formar o seu ministério, aliar a sua base de apoio parlamentar, e começar a propor ao Congresso as principais medidas. Se demorar, cairá no buraco, que já é fundo, do Congresso hostil, pela consolidação da direita que não compõe com adversário ideológico e pelo centro e centrão cada vez mais à vontade para pilotar o orçamento a despeito do governo.

O espaço de manobra criado pelo STF com um inquérito sigiloso e sem prazo a pretexto de investigar fake news dificilmente vai ser expandido para a nova legislação, deixando de servir como “poder moderador” com viés a favor do Executivo. O tempo das lideranças políticas sujeitas a achaques e à sedução da caneta do dirigente de ocasião também é terminal, o que não implica que as práticas daninhas à ordem e à moralidade pública venham a sair de cena.

Essa configuração do poder político reforça as certezas. Entre elas, a mais premente será uma repactuação da governança dos Três Poderes conforme impõe a Constituição. Quanto às incertezas, elas tratam mais da visão, do método, do apoio que terá e da capacidade do próximo governante do que de sua convicção sobre a necessidade de mudanças. Vai mudar, seja com o incumbente ou com o desafiante. A dúvida é se elas serão desastrosas ou bem-sucedidas.

Calma aparente é pró-forma

A calma aparente mostrada pelas lideranças políticas de todos os quadrantes do arco ideológico é pró-forma, sem correspondência com a realidade do sistema econômico exaurido em suas possibilidades.

Está sufocado, de um lado, pelo elevado endividamento carregado a um custo superior à geração de caixa, e, de outro, pela demanda sustentada por aditivos de crédito e de transferências de renda, não por crescimento estrutural. Governo sem plano para desatar esses nós tanto dos juros quanto de seus gastos correntes, em meio à fraqueza dos investimentos produtivos, estará batido na largada.

Não basta um bom plano econômico. A pactuação política o antecede até como demonstração de afincos para sustentar a confiança roída.

Sem certeza na capacidade de influenciar o Congresso sem a multa do Supremo já abalado diante da sociedade, 2027 vai ser terrível.

Presidente eleito a contragosto da maioria, com base parlamentar mais frágil que a atual, com corporações fortes como Receita, Polícia Federal (PF) e Banco Central mais autônomas, nem digo por lei, mas pela governança fraca do Executivo e a dependência ainda maior do STF para dar alguma racionalidade à gestão do Estado, tudo isso deve dificultar sobremaneira a retomada da normalidade abalada desde a Lava Jato.

Mais preocupante é que sem crescimento econômico robusto movido a investimentos, acompanhado de queda de juros compatível com taxa de inflação estável e contas públicas saneadas, o custo já recorde do endividamento das pessoas, empresas e dos governos regionais tenderá a colapsar. A esta altura, já era para estar em curso um programa de reconstrução, que existe e é viável. Falta adotá-lo.

Sem vez para desafinados

Os candidatos presidenciais mais viáveis, o que inclui Lula e o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado, que fraqueja nas pesquisas pelo seu baixo conhecimento popular, já têm ciência das urgências.

Em linhas gerais, no caso de Lula, há preocupação entre os poucos que restaram em seu entorno com influência e o seu respeito quanto à necessidade de um plano capaz de enfrentar tanto as urgências político-institucionais do curto prazo quanto as transformações de grande fôlego guiadas pela tecnologia e pela nova geopolítica que não deriva apenas de Trump. Ele as incendeia, mas o rearranjo das cadeiras entre as potências globais é maior do que seus chilikies.

Dinamizar um país potencialmente vencedor, com indústria e viés inovador decadentes desde a redemocratização, é missão para os visionários e pragmáticos. Tais atributos não são obrigatórios aos governantes. Basta saber fazer as escolhas certas para tocar a governança nos anos cruciais até 2030, evitar os vetos políticos e ter os argumentos para atrair empreendedores, especialmente mais jovens, já que boa parte da geração anterior perdeu a fé no país.

Neste palco, atores que compreendam que o bolsonarismo não é uma ideologia, assim como o lulismo é maior que o petismo e agregados, devem se sair melhor que os figurinos engessados pelo despreparo.

Soberania é da iniciativa

O governante que ignorar o velho vício da política de pensar suas ações em benefício apenas da própria fração, e não do conjunto da sociedade, já começará mancando. O ritmo rápido das transformações exige antecipar o que já não há como evitar.

Os exemplos são claros na economia. Ignorá-los implica sequelas de ordem social e política, como se constata nos EUA, na Europa, na Ásia e em toda a América Latina. O eleitor vota ressentido e, em geral, contra o incumbente que não o atendeu. No fim, a política em pauta é social, mas não bem da forma como a interpreta a esquerda que torce o nariz para o desenvolvimento, desconfia do capital privado e se dobrou ao identitarismo. Nem a China lhe serve de inspiração.

É mais fácil encontrar opositores à construção de data centers no chamado progressismo que noutros campos, não obstante a capacidade de computação esteja para a economia atual, toda ela digital, como a geração elétrica esteve no início do século passado.

Tais movimentos já estão tão consolidados no mundo que aqui, com o que a economia digital mais demanda — energia farta e barata, água, reservas inexploradas de minerais críticos e escala de mercado ainda praticamente virgem — ou fazemos nós, ou outros virão fazer. A soberania em causa é a da iniciativa, não retórica.

ADEMI DF

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Informativo do mercado imobiliário

Brasília-DF, 12/07/2026

Implementação da reforma tributária entra em nova fase e empresas do mercado imobiliário se adequam às novas regras

A implantação da Reforma Tributária entra em uma etapa importante a partir de 3 de agosto, com impacto na operação das empresas do mercado imobiliário. Incorporadoras, construtoras, loteadoras, administradoras de imóveis e prestadores de serviços do setor terão de emitir suas notas fiscais eletrônicas contemplando os campos obrigatórios do Imposto sobre Bens e Serviços – o IBS, e da Contribuição sobre Bens e Serviços – a CBS. Sem essas informações, a emissão dos documentos fiscais poderá ser bloqueada pelos sistemas autorizadores e as empresas ficam sujeitas a multa.

Mais importante reforma estruturante do período recente, a modernização do arcabouço tributário brasileiro está em fase de teste, com a aplicação gradativa das novas normas de forma que o setor produtivo possa se adequar – neste momento, a mudança mais importante para as empresas tem caráter gerencial, com a adaptação dos sistemas de fa-

turamento e emissão de documentos fiscais.

Para as empresas do mercado imobiliário, o atendimento às normas estabelecidas pela reforma exige uma adequação dos sistemas de emissão de nota fiscal; a revisão do cadastro de produtos, serviços e operações imobiliárias e a capacitação das equipes para a nova gestão – profissionais das áreas fiscal, financeira, comercial, jurídica e de tecnologia passam a atuar de outra forma para responder ao novo modelo.

A ADEMI DF acompanha a implementação da reforma tributária para apoiar e orientar suas associadas durante todo o processo de transição, por meio de encontros técnicos com especialistas para esclarecer dúvidas sobre a regulamentação da medida e sua aplicação no dia a dia. Com isso, a entidade cumpre sua missão institucional de disseminar informação qualificada e estimular a troca de experiências que permitirá o atendimento das exigências legais com segurança e eficiência.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf